



MOÇÃO DE APOIO À POLÍTICA NACIONAL DE GOVERNANÇA FUNDIÁRIA

A Comissão Organizadora do 9º Seminário Internacional Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico, evento realizado na Universidade Federal de Pernambuco em 18 e 19 de Outubro de 2023, em conjunto com os participantes, incluindo representantes de diversos órgãos da administração pública, da academia e da sociedade civil, especialistas e pesquisadores dessa temática, e em resposta ao problema da frágil governança fundiária nacional, manifesta nessa nota a necessidade premente de mais atenção dos ministérios e dos órgãos públicos das três esferas na direção de melhorar o conhecimento do território, de iniciativas e articulações em prol do ordenamento territorial e de uma boa governança da terra no país.

A gestão do território consiste numa ferramenta para fazer cumprir o estado de direito e, portanto, defendemos que esta seja planejada de forma perene, como política de Estado e não de governo. Ressaltamos a importância dos atores responsáveis pela governança de terras dado seu papel de geradores de informações concretas e garantidores da segurança destas informações que são utilizadas como insumo para o planejamento e para execução das mais diversas políticas públicas.

Por fim, a governança fundiária deve se preocupar com a implementação de políticas fundiárias e numa infraestrutura de administração de terras eficiente para gerenciar a relação povo-terra a nível nacional, não apenas no ambiente rural, principalmente quando o enfrentamento da pobreza urbana é uma questão tão importante quanto a pobreza rural, sendo atualmente as cidades reconhecidas como o motor do desenvolvimento econômico nos países em desenvolvimento, vista principalmente na perspectiva da estabilidade social, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável.

Para consecução destes objetivos, apoiamos a criação de uma Política Nacional de Governança Fundiária que tenha por base uma estrutura sistêmica do cadastro territorial com certificação do georreferenciamento dos imóveis e demais parcelas, na qual a Casa Civil da Presidência da República deve assumir a coordenação da articulação pela governança de terras no país, conforme proposto recentemente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário no Seminário Perspectivas para Governança Fundiária Rural Brasileira no século XXI ([link](#)).

Recife, 19 de outubro de 2023